

# SOMOS DIRIGIDOS PELAS PULSÕES? TEORIA CRÍTICA E PSICANÁLISE RECONSIDERADAS

Amy ALLEN

**RESUMO:** Se, como Axel Honneth argumentou recentemente, a Teoria Crítica precisa da psicanálise por razões metanormativas e explicativas, isto não resolve a questão sobre qual versão da psicanálise a teoria crítica deveria abarcar. Neste artigo, eu argumento contra a versão favorecida por Honneth – uma interpretação intersubjetiva da teoria das relações de objeto de Winnicott – e a favor de uma alternativa baseada no trabalho teórico de Melanie Klein voltado às pulsões. Eu afirmo que o trabalho de Klein propicia aos teóricos críticos uma concepção mais realista de pessoa e uma abordagem explicativa mais rica da agressividade e da destrutividade humana do que a visão intersubjetivista de Honneth. Como tal, ela serve melhor aos fins para os quais Honneth reivindica que a teoria crítica deve se voltar para a psicanálise em primeiro lugar.

**PALAVRAS-CHAVE:** teoria crítica, psicanálise, pulsão de morte, agressividade, Melanie Klein, Axel Honneth

## **Introdução: teoria crítica e psicanálise.**

(Por que) a teoria crítica precisa da psicanálise? Apesar das conexões históricas entre estas duas tradições serem profundas e longevas, não existe nenhuma relação necessária entre os dois programas de pesquisa. Enquanto os membros da primeira geração da Escola de Frankfurt tentaram fundir psicanálise e marxismo no esforço de entender o colapso da civilização europeia em barbárie, tornaria-se famoso o abandono da disciplina por Jürgen Habermas, figura principal da segunda geração, que move-se então na direção da psicologia cognitivo-desenvolvimentista nos anos 1970, não olhando mais para trás. Além disso, como Axel Honneth argumentou recentemente, o mero fato da relação histórica entre psicanálise e teoria crítica não é suficiente para justificar uma interconexão teórica contínua entre estes dois projetos. À luz do que Honneth chama de “historicidade interna”<sup>1</sup> da Teoria Crítica, ou seja, uma abordagem metodológica da teorização social com um interesse prático e emancipatório, cada geração de teóricos críticos precisa renovar a questão da relevância potencial da psicanálise.<sup>2</sup>

Em resposta a esta questão da relevância, Honneth oferece duas razões pelas quais as teóricas e teóricos críticos contemporâneos deveriam de fato se engajar com a teoria

---

<sup>1</sup> Axel Honneth, “The Work of Negativity: A Psychoanalytical Revision of the Theory of Recognition,” in *Recognition, Work and Politics: New Directions in French Critical Theory*, ed. J-P. Deranty, D. Petherbridge, J. Rundell and R. Sinnerbrink (Leiden: Brill, 2007), 129.

<sup>2</sup> No meio tempo, é claro, a psicanálise foi submetida a ataques vastos e contínuos por parte da psicologia acadêmica e da mídia mainstream. Para uma defesa alta e clara da relevância contínua da psicanálise face a essas críticas, ver Jonathan Lear, “On Killing Freud (Again),” in *Open Minded: Working out the Logic of the Soul* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998).

psicanalítica. A primeira razão, de ordem metanormativa ou filosófico-antropológica, é a de que a Teoria Crítica precisa de uma concepção realista de pessoa que, a fim de ser realista, precisa levar em consideração as forças não racionais e inconscientes que operam nas pessoas e em seu interior. Sem uma tal concepção realista dos aspectos motivacionais e afetivos dos seres humanos - aspectos que são resistentes à reflexão racional - a Teoria Crítica corre o risco de cair no que Honneth chama de um “idealismo moral”<sup>3</sup>, no qual presume-se que os indivíduos sejam capazes de um nível excessivamente alto de discernimento racional.<sup>4</sup> Uma vez que a psicanálise, mais do que qualquer outra disciplina, preocupa-se com aquilo que Honneth chama de “laços constitutivos da racionalidade humana”,<sup>5</sup> ela tem um importante papel a desempenhar *vis-à-vis* a Teoria Crítica: nomeadamente, ela funciona como uma checagem realista das tendências direcionadas a um racionalismo excessivo e um idealismo moral que podem seduzir as teóricas e teóricos críticos a agirem como teóricos normativos.

A segunda razão, explicativa, corre em paralelo à primeira: se é verdade que os seres humanos são sujeitos ao jogo de forças afetivas, não racionais ou irracionais, resistentes à reflexão, então para explicar os eventos sociais nós teremos que conceitualizá-los, ao menos em parte, “como resultado de ações em que os sinais [*stirrings*] das pulsões inconscientes

<sup>3</sup> Honneth, “The Work of Negativity,” 129.

<sup>4</sup> Apesar de Honneth não dizer, o principal alvo desta crítica é a ética do discurso de Habermas, a qual, apesar de seu suporte sociológico, pareceu vulnerável a esta crítica para muitos críticos de inclinação psicanalítica. Ver, por exemplo, Joel Whitebook, *Perversion and Utopia: A Study in Psychoanalysis and Critical Theory* (Cambridge, MA: MIT Press, 1996).

<sup>5</sup> Honneth, “The Work of Negativity,” 129.

dos sujeitos ou suas necessidades de apego [*attachment*] foram cristalizadas”<sup>6</sup>. A ideia aqui é que as ações sociais humanas são frequentemente governadas por motivos que estão, por assim dizer, fora ou para além do espaço das razões conscientes. Para explicar tais ações, teremos que lançar mão de um modo de investigação que nos dê uma linguagem para entendermos este para além (por enquanto podemos chamá-lo simplesmente de “o inconsciente” ou “fantasia”). Foi somente tal interesse explicativo que guiou o interesse dos membros da primeira geração da Escola de Frankfurt para a psicanálise: através dele, os autores buscaram entender inicialmente as forças psíquicas de apego que vinculavam os trabalhadores oprimidos à sua situação e que os impediam de vê-la como opressiva; mais tarde, eles procurariam entender as fontes da ampla suscetibilidade ao autoritarismo, o que lhes pareceu necessário para explicar a ascensão do fascismo. Como argumentei em outro lugar, teóricas e teóricos críticos contemporâneos podem se voltar à psicanálise por razões estruturalmente similares: para tentar entender, por exemplo, as forças psíquicas que vinculam sujeitos subordinados a modos de identidade – racial, de gênero, sexual – que os subordinam e os ferem.<sup>7</sup> A psicanálise, como o mais sofisticado e sistemático estudo da irracionalidade humana desenvolvido até agora,<sup>8</sup> oferece às teóricas e teóricos a críticos a melhor chance de dar sentido a este conjunto de motivos e

---

<sup>6</sup> Honneth, “The Work of Negativity,” 130.

<sup>7</sup> Amy Allen, *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy, and Gender in Contemporary Critical Theory* (New York: Columbia University Press, 2008), capítulo 4..

<sup>8</sup> Sobre este ponto, ver Sebastian Gardner, *Irrationality and the Philosophy of Psychoanalysis* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996). ver também: Lear, “On Killing Freud (Again).”

forças.

É claro que dizer que a Teoria Crítica deve se apoiar na psicanálise para desempenhar estes papéis metanormativos e explicativos ainda não nos diz nada sobre *em qual versão* da teoria psicanalítica as teóricas e teóricos críticos devem se apoiar. E quando confrontamos esta questão, nos deparamos imediatamente com uma variedade estonteante de teorias psicanalíticas, por algumas vezes incompatíveis e por outras insuficientemente diferenciadas, que vão das abordagens freudiana, kleiniana e lacaniana clássicas, até a psicologia do Eu e do self, e ainda aos modelos das relações de objeto, interpessoal e intersubjetivo. Honneth argumenta a favor de uma versão intersubjetiva da teoria das relações de objeto como o ramo da teoria psicanalítica melhor adequado à integração teórica com a Teoria Crítica. Por eu estar de acordo com a posição de Honneth do porquê a Teoria Crítica precisa da psicanálise, meu objetivo no que se segue será avaliar sua reivindicação de que é esta versão particular da teoria das relações de objeto a que melhor pode dar conta dessas necessidades. De maneira a cumprir esta tarefa, começo pela consideração do que se ganha e do que se perde quando a Teoria Crítica se apoia numa leitura intersubjetivista da teoria das relações de objeto, como oposta à versão da teoria psicanalítica que não abriu mão do conceito de pulsão. Minha hipótese é que existem importantes discernimentos no interior da personalidade humana [*human personhood*] e na sociabilidade – em particular, no que concerne à agressividade e ao penetrante e persistente papel da agressividade nas interações humanas – que são

melhor articulados na linguagem das pulsões. Esta hipótese me leva a considerar os *insights* que podem ser coletados pela via da reconstrução da importância das pulsões encontrada no trabalho de Melanie Klein, uma das mais importantes teóricas e precursoras intelectuais da teoria das relações de objeto britânica. É certo que nem todas as versões da teoria pulsional podem ser integradas com os comprometimentos filosóficos básicos da Teoria Crítica com a mesma facilidade. A teoria pulsional kleiniana se presta mais prontamente a esta tarefa na medida em que concebe as pulsões não como forças sociais inerentemente associativas ou antissociais que surgem no interior dos indivíduos, mas sim em termos relacionais, como predisposições a se relacionar com os outros de certas maneiras – seja amorosa ou destrutivamente. Este aspecto do pensamento kleiniano, combinado com as suas teorizações extremamente sofisticadas e perspicazes da ambivalência que está na raiz das relações humanas, permite a este pensamento realizar um trabalho melhor quanto ao preenchimento dos papéis metanormativos e explicativos que Honneth atribui para a psicanálise em sua relação com a Teoria Crítica.

### **Teoria das relações de objeto e Teoria Crítica**

Honneth já se valeu de modo frutífero da versão psicanalítica das relações de objeto de D. W. Winnicott em seu inovador livro, *Luta por Reconhecimento*. Neste, ele se apoiou no trabalho de Winnicott para articular as relações de reconhecimento que dizem respeito à família, na forma do amor familiar, o qual permite ao indivíduo desenvolver

o sentido básico da autoconfiança que é a pré-condição para todas as outras relações de reconhecimento. Em particular, Honneth fez uso da caracterização de Winnicott da relação entre mãe e bebê [*infant*] como aquela de uma fusão simbiótica e de uma dependência mútua. Seguindo Winnicott, Honneth caracterizou esta relação como aquela em que “os dois parceiros de interação dependem aqui, na satisfação de suas carências, inteiramente um do outro, sem estar em condições de uma delimitação individual em face do respectivo outro”.<sup>9</sup> Tal como Honneth contou a história até este ponto, este estágio inicial da fusão entre mãe e bebê gradualmente dá lugar a um outro, no qual mãe e bebê passam a se ver como entidades distintas, que são, entretanto, mutuamente dependentes do amor e do reconhecimento da outra para sua autoconfiança básica.

No entanto, o uso de Winnicott por Honneth, em particular sua interpretação da afirmação de Winnicott sobre a fusão entre mãe e bebê, foi agudamente criticada, talvez de maneira mais incisiva por Joel Whitebook.<sup>10</sup> Whitebook acusa Honneth de compreender mal Winnicott ao interpretá-lo como um “intersubjetivista forte”, nas palavras de Whitebook. Como resultado, afirma Whitebook, Honneth não leva suficientemente a sério o problema da onipotência, que para Winnicott anda de mãos dadas com sua afirmação da fusão entre mãe e bebê.

---

<sup>9</sup> Axel Honneth, *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*, trans. J. Anderson (Cambridge, MA: MIT Press, 1995), 99 [Axel Honneth, *Luta por Reconhecimento* (São Paulo: Editora 34, 2003), 166].

<sup>10</sup> Joel Whitebook, “Mutual Recognition and the Work of the Negative,” in *Pluralism and the Pragmatic Turn: Essays in Honor of Thomas McCarthy*, ed. J. Bohman and W. Rehg (Cambridge, MA: MIT Press, 2001). Ver também Danielle Petherbridge, *The Critical Theory of Axel Honneth* (Lanham, MD: Lexington Books, 2013), 147–64.

Como Whitebook coloca: “A afirmação [...] de que Winnicott é um intersubjetivista forte, que abandonou a teoria freudiana – com suas tendências hobbesianas – ignora um ponto decisivo. A mãe “suficientemente boa” e o objeto transicional permitem à criança superar seu estado original de onipotência”.<sup>11</sup> Tal como Whitebook vê, na medida em que o bebê se percebe fusionado com a mãe, isto ocorre numa instância de onipotência infantil, na qual o bebê não percebe qualquer distinção entre suas próprias necessidades e desejos e as ações da mãe. O que quer que ela faça é experienciado como parte do próprio bebê, e assim, como uma extensão não mediada de seus próprios esforços. O ponto importante para Whitebook é que a instância de onipotência infantil é incompatível com uma relação de reconhecimento: *ex hypothesi*, o bebê em um estado de onipotência nem sequer experiencia sua mãe como uma entidade distinta dele mesmo; logo ele não pode experienciá-la como uma possível candidata ao reconhecimento, quanto mais como uma pessoa merecedora de reconhecimento. Tal como Whitebook vê, Honneth quer ter fusão sem onipotência; ele satisfaz este objetivo igualando “simbiose” com “intersubjetividade indiferenciada”.<sup>12</sup> Mas precisamente esta equação expurga as relações de poder do estado de onipotência infantil e dá a impressão de que o laço mãe-bebê seria ele mesmo uma relação de reconhecimento, de fato, como se este laço fosse a relação de reconhecimento paradigmática.

Este uso prematuro de Honneth da teoria das relações de

---

<sup>11</sup> Whitebook, “Mutual Recognition and the Work of the Negative,” 278.

<sup>12</sup> Honneth apud Whitebook, “Mutual Recognition and the Work of the Negative,” 279.

objeto também sofreu pressão de um setor diferente, a saber, a pesquisa com bebês de Daniel Stern, que coloca dúvidas empíricas consideráveis sobre a hipótese da fusão mãe-bebê. O trabalho de Stern afirma mostrar que até mesmo bebês muito novos – apenas com algumas semanas de idade – têm um senso primário de autopercepção [*self-awareness*], ou seja, uma percepção deles mesmos como distintos de seus cuidadores, e que a relação entre bebê e cuidador é melhor compreendida não como uma relação de fusão, mas sim como uma relação de interação recíproca.<sup>13</sup> Consequentemente, Honneth reconheceu que, ao substanciar a existência de uma “auto percepção elementar” da parte de bebês muito novos, a pesquisa de Stern coloca em questão a afirmação de que o bebê novo é incapaz de distinguir a si mesmo de seu ambiente, pondo assim em dúvida “toda a ideia de uma fase original de onipotência alucinatória”.<sup>14</sup>

À luz destas considerações, Honneth reformulou mais recentemente o papel da teoria das relações de objeto em sua teoria do reconhecimento. Em resposta à crítica de Whitebook e às pesquisas de Daniel Stern, Honneth abre mão da ideia de que o bebê existe em um *estado* de fusão com seu cuidador; no entanto, ele mantém como hipótese a crença na existência de “episódios sérios de junção [*merge*] com o cuidador”.<sup>15</sup> Tal hipótese não é, como Honneth a vê, incompatível com as descobertas da pesquisa com bebês, uma vez que pressupõe como verdadeira a visão de Stern de que o bebê é também capaz

---

<sup>13</sup> O locus classicus aqui é Daniel Stern, *The Interpersonal World of the Infant: A View from Psychoanalysis and Developmental Psychology* (New York: Basic Books, 1985).

<sup>14</sup> Axel Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst: eine Erwiderung auf Joel Whitebook,” *Psyche* 55 (2001): 790–802, 794.

<sup>15</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 799.

de experienciar-se como distinto de seu ambiente. Episódios de junção e fusão são irregulares e episódicos – eles são experienciados, por exemplo, em momentos nos quais o bebê é amamentado ou tomado nos braços – mas ainda assim podemos considerar que ocorrem. Em tais episódios, o bebê experiencia a si mesmo em fusão com o cuidador, de modo que as ações desta pessoa pareçam a ele ser uma extensão direta de suas necessidades e desejos. Além do mais, Honneth defende que estes episódios são caracterizados por um sentimento de “fusão/expansão alegre” da parte do bebê, de maneira que a percepção gradual da criança de que a mãe existe como uma entidade independente é experienciada como uma perda dolorosa, ou seja, como “uma fase negativamente experienciada de separação/não-fusão”<sup>16</sup>

No entanto, também contra Whitebook, Honneth pensa que seria enganoso caracterizar esses estados de fusão usando o termo “onipotência”. Para Honneth, o bebê precisa se separar não de um estado de onipotência fantasiosa, mas sim, de modo mais neutro, de “um objeto de amor que é por vezes experienciado de maneira indiferenciada”.<sup>17</sup> Assim, Honneth caracteriza esta experiência de fusão como um sentimento feliz de segurança física e mental da parte do bebê; com isso, Honneth sustenta que a ruptura da fusão por meio da intervenção de uma realidade independente da mãe causa na criança sentimentos de “medo e dor, raiva e tristeza, em uma poderosa unidade”.<sup>18</sup> Apesar de Honneth reconhecer que foi um erro de sua parte referir-se a

---

<sup>16</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst.”

<sup>17</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 800.

<sup>18</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 801.

essas experiências de junção como intersubjetivas, pois a criança que se experiencia em junção com a mãe ainda não é um sujeito – aceitando nesse sentido uma das críticas de Whitebook a seus trabalhos antigos<sup>19</sup> – ele ainda parece intrigado quanto ao porque a existência de tais experiências de junção deva ser pensada como incompatível com sua abordagem intersubjetiva, baseada em uma teoria do reconhecimento. Ao contrário, Honneth entende a “as experiências de fusão irregularmente correntes do bebê como o ponto zero [*Nullpunkt*] de todas as experiências de reconhecimento”.<sup>20</sup> Isto quer dizer que a fusão nos dá uma experiência completamente não mediada de estarmos junto com outra pessoa. Neste estar junto, a relação de reconhecimento não é nem possível – pois o reconhecimento pressupõe dois sujeitos diferenciados que reconhecem um ao outro – e nem necessário – pois é precisamente a felicidade deste estar junto de uma maneira não mediada com outra pessoa que as relações de reconhecimento tentam, necessariamente sem sucesso, reaver. O desentendimento terminológico aparentemente pequeno de Honneth com Whitebook, afinal de contas, é de fato muito significativo, pois permite a Honneth purificar a experiência de fusão que serve como caso paradigmático para sua noção de reconhecimento de todos os entrelaçamentos com o poder e um desejo pelo controle onipotente.

Agora nós temos uma ideia melhor sobre a interpretação de Honneth da psicanálise. A próxima questão é a seguinte: por que Honneth acha que os teóricos críticos deveriam se apoiar nesta versão da teoria psicanalítica, especificamente?

---

<sup>19</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 800.

<sup>20</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 801.

Aqui Honneth oferece um interessante argumento, que é em larga medida independente das aspirações metanormativas e explicativas esboçadas acima. Isto é, ele não argumenta que a versão intersubjetivista da psicanálise das relações de objeto nos oferece a melhor maneira de mapear os laços constitutivos da racionalidade humana, limitando assim a tendência da Teoria Crítica ao idealismo moral; ele tampouco argumenta que ela melhor captura as necessidades psíquicas, não racionais e inconscientes, que parecem necessárias à compreensão de certas ações ou eventos sociais. Ao contrário, Honneth de certo modo muda de direção e introduz um critério separado, a saber, que teóricas e teóricos críticos devem favorecer “aquela abordagem psicanalítica cujos conceitos básicos permitem uma tradução relativamente fácil para categorias sócio-teóricas”.<sup>21</sup> Este movimento parece-me problemático, pois parece estar em tensão com a primeira razão pela qual Honneth afirma que a Teoria Crítica precisa da psicanálise. Dito de outra forma, a preocupação é que Honneth escolhe uma leitura intersubjetivista da psicanálise das relações de objeto porque ela é, dentre as teorias disponíveis, a que menos rompe com as pretensões normativas sobre reconhecimento e intersubjetividade que governam seu programa de pesquisa. Se isto está correto, então Honneth poderia ser acusado de procurar a psicanálise não para checar o nível de idealismo moral da teoria crítica mas, ao contrário, para confirmá-lo.

Honneth lida com este tipo de preocupação, quando se questiona se a maneira particular pela qual ele se apóia na

---

<sup>21</sup> Honneth, “The Work of Negativity,” 131.

psicanálise “põe mesmo a perder o ‘agulhão’ de negatividade da psicanálise”.<sup>22</sup> Sua resposta é que não é preciso ser necessariamente assim e é sua argumentação em relação a este ponto que nos dirige àquilo que me parece ser o centro da questão. Como Honneth vê, a questão central aqui é se é preciso postular uma pulsão agressiva – como Whitebook sugerira no debate entre eles – a fim de preservar aquele agulhão. Apesar de Honneth não querer negar a força da negatividade na vida humana psíquica e social, uma força que faz o processo de socialização altamente conflituoso, ele tem dúvidas se “esta força negativa, esta tendência psíquica para a transgressão, o que há de psicologicamente quebradiço nos seres humanos” deve “necessariamente ser pensado como um componente elementar do nosso ser equipado com pulsões”.<sup>23</sup> Ele sugere, ao contrário, que podemos entender esta negatividade como “um resultado inescapável do desdobramento de nosso processo de socialização enquanto internalização”<sup>24</sup>. O agulhão da negatividade reside então para Honneth na inevitável inadequação da interação primeva entre o bebê e o cuidador. A necessidade de reconhecer a independência do cuidador – e, através de sua independência, as demandas de uma realidade que existe de forma independente – produz um dano na criança que instiga nesta uma pulsão, para a vida toda, em direção ao reestabelecimento de uma unidade simbiótica com os outros. A abordagem das relações de objeto favorecida por Honneth, como ele mesmo vê, não afasta o agulhão da negatividade; ela entende a negatividade em

---

<sup>22</sup> Honneth, “The Work of Negativity,” 134.

<sup>23</sup> Honneth, “The Work of Negativity.”

<sup>24</sup> Honneth, “The Work of Negativity,” 135.

oposição à teoria das pulsões, tomando-a em termos dinâmicos e relacionais como o resultado inescapável de um processo de socialização interativo, ao invés de “um dote de nossa natureza enquanto seres pulsionais”.<sup>25</sup>

Além de argumentar que não precisamos postular uma pulsão agressiva constitucional para fazer jus ao agulhão da negatividade, Honneth oferece uma razão independente para seu ceticismo quanto a tal pulsão, a saber, que a pesquisa empírica não a apoia. Aqui ele cita o trabalho de Martin Dornes, um pesquisador de bebês cujo trabalho sugere que as instâncias de agressão em crianças novas são melhor entendidas como reações a experiências de dor e privação, e não como expressão de pulsões geradas internamente. Nesta perspectiva, a agressão em crianças novas “pode ser interpretada exclusivamente como um gerenciamento reativo das negações e violações, cuja origem são as relações sociais”, sejam estas relações traumáticas, como abuso ou negligência, frustrações menos severas por causa de laços incompletos ou insuficientes com o cuidador, ou até mesmo a inabilidade ou a falta de vontade inescapável do cuidador de satisfazer completamente todos os desejos da criança.<sup>26</sup> Mais à frente, Honneth argumenta que, mesmo se a evidência empírica de fato apoiou o postulado de uma pulsão agressiva inata, a pressuposição de tal pulsão não seria incompatível com a teoria do reconhecimento; na verdade, isto significaria somente que a pulsão agressiva apresenta uma fonte adicional de hostilidade para a sociabilidade que deve

---

<sup>25</sup> Honneth, “The Work of Negativity.”

<sup>26</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 793.

ser considerada.<sup>27</sup>

Então, temos aqui um argumento em três passos contra a teoria das pulsões: (1) a Teoria Crítica não precisa de uma versão teórica da psicanálise que seja voltada às pulsões para fazer o trabalho que a psicanálise é mais apta a realizar; (2) e isto é bom, pois a evidência empírica fala contra a existência de uma pulsão agressiva ou de morte; e, finalmente, (3) ainda que houvesse razões para acreditar nestas pulsões, isto não faria diferença para a teoria do reconhecimento.

Quanto ao primeiro ponto, sou cética quanto a afirmação de Honneth. Aqui a questão central é se Honneth está ou não correto em sugerir que podemos postular a agressão como derivativa – como resultado inevitável da experiência de perda, como o resultado da difícil aceitação da criança do fato de que a mãe é uma entidade independente que não irá, e de fato não é capaz de, satisfazer todas as nossas necessidades e desejos – e ainda oferecer uma consideração satisfatória sobre seu papel presente e persistente na psique humana e na vida social. Quero sugerir que uma versão da teoria psicanalítica que não abandone a noção de pulsão, mas que tente pensar a relação entre pulsões e relações de objeto, pode fazer um trabalho melhor ao lidar com o aguilhão da negatividade, e, assim, ser mais adequada para cumprir com os papéis metanormativos e explicativos que Honneth atribui à psicanálise em sua relação com a Teoria Crítica. Aqui, como se diz, a prova do pudim é comê-lo; então já antecipo meu argumento: uma teoria psicanalítica que sustente a noção de pulsão agressiva ou de morte e que

---

<sup>27</sup> Honneth, “Facetten des vorsozialen Selbst,” 797.

pense esta pulsão em relação a pulsão libidinal e em relação às relações de objeto pode verificar melhor a tendência rumo ao idealismo moral na teoria crítica; e ela também tem um papel importante a desempenhar quanto a dar sentido a presença e a persistência da dominação e da violência nas questões humanas e sociais.

O segundo ponto de Honneth, a falta de evidência empírica para a existência de uma pulsão agressiva em crianças novas, traz questões metodológicas complexas e controversas sobre a relação entre a pesquisa empírica com bebês e a teoria psicanalítica. Há dois problemas familiares – ainda que sem fácil resolução – em questão aqui: (1) a subdeterminação [*under-determination*] geral de teorias pela evidência, e a necessidade permanente da pesquisa empírica, tanto nas ciências naturais como nas sociais, de serem estruturadas e guiadas por certas pressuposições metodológicas e teóricas, e (2) a lacuna inescapável na pesquisa científica e social entre a perspectiva do participante na interação social e aquela do observador. O primeiro problema se aplica a toda investigação científica, e refletir sobre suas implicações para esta discussão conduz a um ceticismo de que pressuposições básicas sobre a natureza humana nunca chegariam a termo através da pesquisa empírica. Afinal, programas de pesquisa nas ciências humanas não podem começar sem serem antes estruturados e guiados por certas pressuposições teóricas e filosóficas sobre a natureza humana. O segundo problema é uma questão familiar na filosofia das ciências sociais, mas assume uma profundidade e complexidade maiores no caso da pesquisa com bebês. Quando se trata da experiência com

bebês, a lacuna entre participante e observador é *em princípio* intransponível,<sup>28</sup> uma vez que o bebê é incapaz de oferecer ao observador qualquer explicação que parta de seu próprio ponto de vista do porquê ele se comporta da maneira que o faz. Esta característica dos bebês tem uma implicação importante para a pesquisa empírica com bebês, a qual é forçada a se apoiar, portanto, em medidas muito indiretas para as suas afirmações – por exemplo, o tempo que um bebê mantém o seu olhar em um objeto é interpretado como uma medida de seu interesse no objeto, e serve de base para que pesquisadores especulem sobre os estados mentais internos do bebê. Agora, esta me parece uma questão aberta - e interessante - quanto a que tipo de visão deveria ter prioridade aqui: a perspectiva de observador do pesquisador de bebês ou a perspectiva de orientação mais participativa do psicanalista, que procura reconstruir como a experiência infantil deve ter sido, ao perscrutar interpretativamente os estratos arqueológicos da mente, para usar uma das metáforas favoritas de Freud.<sup>29</sup>

Em resposta a estas duas preocupações, poder-se-ia sugerir que o objetivo deveria ser o de colocar todas as três perspectivas – a perspectiva de observador do pesquisador empírico de bebês, a perspectiva clínico-participante do analista e a perspectiva teórica do teórico psicanalítico ou filósofo – em um equilíbrio reflexivo.<sup>30</sup> Deste ponto de vista, a tarefa seria a de trabalhar, de um lado, com as pressuposições clínicas e

---

<sup>28</sup> Como o próprio Honneth está ciente; ver “Facetten der vorsozialen Selbst”, 800.

<sup>29</sup> Sobre esta discussão ver Andre Green e Daniel Stern, *Clinical and Observational Psychoanalytic Research: Roots of a Controversy* (London: Karnac Books, 2000).

<sup>30</sup> Agradeço a Axel Honneth por esta sugestão.

teóricas sobre as pessoas e suas ontogêneses e, do outro, com os resultados das pesquisas empíricas sobre o desenvolvimento de bebês, de modo que cada um destes lados seja revisado à luz do outro a fim de se chegar a uma coerência entre estas perspectivas.<sup>31</sup> Note que para que este método desempenhe um papel justificativo – e não meramente descritivo – frente a nossas pressuposições teóricas, o equilíbrio reflexivo buscado deverá ser o mais amplo possível.<sup>32</sup> Isto quer dizer que será preciso levar em conta e encontrar coerência no número mais amplo possível de pressuposições teóricas e de resultados de pesquisas empíricas. No entanto, mesmo um comprometimento metodológico com este amplo equilíbrio reflexivo não resolve a questão difícil de qual pressuposição devemos abandonar ou revisar à luz de que tipos de evidência. Para tanto, somente argumentos teóricos serão suficientes. Portanto, considero que temos boas razões para duvidar se é possível resolver por meios empíricos a questão de se os humanos são constituídos por uma pulsão agressiva. A pesquisa empírica pode afastar certos tipos de pressuposições sobre a natureza humana, mas não parece ser capaz de resolver esta questão teórica básica.

No que diz respeito ao ponto final de Honneth, de que não faz diferença se postulamos uma pulsão agressiva, pois a existência de tal pulsão não teria nenhuma implicação problemática para sua teoria do reconhecimento, também sou cética, porém quero adiar outras discussões sobre este ponto

---

<sup>31</sup> Para uma reconstrução útil do método de equilíbrio reflexivo tanto na epistemologia como na filosofia prática, ver Norman Daniels, "Reflective Equilibrium," *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011, <http://plato.stanford.edu/entries/reflective-equilibrium/>.

<sup>32</sup> Ver Daniels, "Reflective Equilibrium," seção 3.

para o final deste artigo. Novamente, para antecipar, meu palpite é o de que entender os seres humanos como dirigidos [*driven*] tanto pelo desejo de se conectar com os outros como por uma pulsão para controlar, subjugar ou destruir o outro, irá no mínimo complicar nosso entendimento do reconhecimento, ao nos requerer que repensemos o reconhecimento através das lentes da ambivalência. Para esta tarefa, penso que o trabalho de Klein se prova útil, mas antes que eu possa dizer porque isto se dá, precisarei reconstruir algumas de suas noções centrais.

### **Pulsões como paixões relacionais**

Para Klein, a consideração mais tardia de Freud sobre a pulsão de morte, articulada em *Além do Princípio do Prazer* e outros escritos, constituiu uma descoberta monumental, “um avanço tremendo na compreensão da mente”.<sup>33</sup> No seu trabalho analítico com crianças, Klein viu a batalha entre as pulsões de vida e morte se desenrolar à exaustão. Como ela coloca: “Eu reconheci, observando a luta constante nos processos mentais do bebê novo - luta entre um impulso irreprimível para destruir-se assim como para salvar-se, para atacar seus objetos e para preservá-los - que uma batalha entre forças primordiais estava em curso”<sup>34</sup>. No entanto, na visão de Klein, nem o próprio Freud, tampouco seus seguidores, souberam avaliar de fato o significado desta descoberta, e conseqüentemente a psicanálise tendeu a subestimar o papel significativo que a agressão presta na vida

---

<sup>33</sup> Melanie Klein, “On the Development of Mental Functioning,” in *Envy and Gratitude and Other Works: The Writings of Melanie Klein*, Volume III, ed. R. Money-Kyrle (New York: The Free Press, 1975), 236

<sup>34</sup> Klein, “On the Development of Mental Functioning.”

psíquica e emocional dos humanos. Klein, portanto, entendeu estar levando até suas conclusões lógicas as implicações da teoria das pulsões freudiana ao desenvolver uma perspectiva mediante a qual “a interação das pulsões de vida e morte será vista como o que governa o todo da vida mental”.<sup>35</sup>

Ao mesmo tempo, no entanto, a interpretação de Klein sobre as pulsões diverge de Freud, e os aspectos próprios de sua interpretação a tornam um recurso de valor para a Teoria Crítica.<sup>36</sup> A interpretação kleiniana das pulsões se desenvolveu e mudou ao longo do tempo; nesta discussão, eu não tentarei fazer jus a todas as complexidades, mudanças de perspectiva e inconsistências internas do trabalho de Klein. Tampouco tentarei defender todos os aspectos de seu pensamento do ponto de vista da Teoria Crítica. Algumas de suas especulações teóricas não são apenas difíceis de enquadrar nos compromissos filosóficos básicos da Teoria Crítica; quando consideradas em seus próprios termos elas são insuficientemente defendidas, o que as faz pouco convincentes. Entretanto, quero de fato argumentar que a concepção de pulsão que pode ser reconstruída a partir do

---

<sup>35</sup> Klein, “On the Development of Mental Functioning,” 245.

<sup>36</sup> Ainda que a teoria freudiana das pulsões seja constantemente caracterizada por críticos, incluindo teóricos críticos como Habermas, como cruamente biologista, é possível ler a noção freudiana de pulsão de maneira mais relacional. Com esta leitura, a teoria das pulsões de Freud se aproxima da noção kleiniana de pulsões como paixões relacionais, elaborada abaixo. Entretanto, há outras razões para focarmos na versão da teoria das pulsões de Klein ao invés da versão de Freud: ao contrário de Freud, que chegou à noção de pulsão de morte tarde em sua vida e lutou para incorporar esta descoberta neste modelo de psique, o trabalho de Klein lida desde o princípio com a relação entre as pulsões libidinal e agressiva. Mesmo que seja verdade que se pode encontrar em Freud uma interpretação relacional das pulsões que está presente em Klein, esta desenvolve as implicações da estrutura ambivalente das pulsões entendidas como paixões relacionais muito mais detalhadamente do que Freud, e o faz sem amarrar a pulsão de morte à estranha noção do princípio do nirvana que Freud articula em *Além do Princípio do Prazer*.

trabalho maduro de Klein é compatível com o compromisso filosófico básico da Teoria Crítica, uma vez que compreende as pulsões em termos fundamentalmente relacionais, o que podemos chamar, seguindo Jay Greenberg e Stephen Mitchell, de *paixões relacionais*.<sup>37</sup>

O ponto central aqui tem a ver com a concepção de Klein da relação entre pulsão e objeto. Ainda que a interpretação de Freud das pulsões seja altamente complexa e variável, uma pressuposição fundamental é que as pulsões são primárias, tanto temporalmente como funcionalmente; elas se tornam vinculadas aos objetos somente após um período de narcisismo primário e os objetos aos quais elas se vinculam são, num sentido importante, altamente contingentes. Como Freud escreve em “Pulsões e seus destinos”:

O objeto é aquilo que há de mais variável a respeito de uma pulsão e não é originalmente conectado a ela, mas se torna designado a ela somente em consequência de ser particularmente adequado a tornar a satisfação possível [...] Ele pode ser mudado um número indefinido de vezes no curso das vicissitudes pelas quais a pulsão passa durante sua existência...<sup>38</sup>

Apesar do uso do termo objeto por Freud ser também muito complicado,<sup>39</sup> ele via de modo geral a pulsão como primária e o objeto ao qual ela se vincula – ou seja, a pessoa particular

---

<sup>37</sup> Minha discussão da abordagem kleiniana das pulsões deve muito à excelente reconstrução de Greenberg e Mitchell deste aspecto de seu trabalho, in Jay Greenberg e Stephen Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory* (Cambridge: Harvard University Press, 1983), cap. 5.

<sup>38</sup> Sigmund Freud, “Instincts and Their Vicissitudes,” in *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, volume XIV, ed. J. Strachey (London: Vintage, 2001), 122–3. [Tradução nossa]

<sup>39</sup> Para uma discussão útil ver Greenberg and Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory*, cap. 2.

para a qual a pulsão agressiva ou libidinal é dirigida – como relativamente pouco importante. De fato, em algumas versões da concepção de objeto de Freud, o objeto sequer precisa ser uma pessoa.

Para Klein, ao contrário, as pulsões são “inerentemente e inseparavelmente dirigidas para o objeto”.<sup>40</sup> O uso de Klein do termo “objeto” se refere não apenas ao objeto da pulsão [*instinctual drive*], mas também a uma específica relação de objeto, diga-se, a relação entre a mãe e o bebê.<sup>41</sup> Tal como Klein coloca:

A análise de crianças muito novas ensinou-me que não há nenhuma incitação pulsional, nenhuma situação de angústia [*anxiety*], nenhum processo mental que não envolva objetos, externos ou internos; em outras palavras, relações de objeto estão no *centro* da vida emotiva. Além disso, amor e ódio, fantasias, angústias e defesas também operam desde o começo e são *ab initio* ligadas de modo indivisível às relações de objeto.<sup>42</sup>

Relações com os objetos externos e internos – ou seja, com outras pessoas reais e com as imagens internas fantasiosas delas que povoam nossa realidade psíquica – são as peças centrais de nossa vida emocional para Klein. Entretanto, o relacionamento entre nossos objetos externos e internos é complexo. Na visão de Klein, nosso relacionamento com os objetos externos é sempre estruturado pelas e filtrado através das fantasias e projeções intrapsíquicas. Em outras palavras, nunca podemos experienciar um outro externo a não ser através da lente de nossas próprias fantasias, angústias e projeções, as quais são

---

<sup>40</sup> Greenberg and Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory*, 136.

<sup>41</sup> Ver Klein, “The Origins of Transference,” in *Envy and Gratitude and Other Works*, 51.

<sup>42</sup> Klein, “The Origins of Transference,” 53. [Tradução nossa]

todas impactadas pelas pulsões; é isso o que Klein quer dizer quando afirma, na passagem citada acima, que “amor e ódio, fantasia, angústias e defesas” são “*ab initio* ligadas de modo indivisível às relações de objeto”. Isto é verdade para o bebê, para quem “toda experiência externa está entremeada com suas fantasias e, por outro lado, toda fantasia contém elementos de sua experiência efetiva [...]”,<sup>43</sup> mas isto é também verdade para o adulto.<sup>44</sup> Em outras palavras, a intersubjetividade está sempre imbricada com as fantasias e projeções intrapsíquicas.

Para Klein então as pulsões são forças psicológicas desde sempre “orientadas na direção de outros, na direção da realidade”<sup>45</sup>. Como Greenberg e Mitchell apontam:

Para Klein o corpo não é a fonte das pulsões, mas o veículo de sua expressão. As pulsões são elas próprias fundamentalmente fenômenos direcionais psicológicos, que constituem emoções complexas. A agressão não se refere a uma energia destrutiva sem direção nem objeto, a qual se torna vinculada a objetos, de modo secundário, com o propósito da gratificação. A agressão no sistema kleiniano é um ódio informado, pessoal e com um fim, ligado a relações específicas com outros específicos.<sup>46</sup>

Como as pulsões para Klein são psicológicas e relacionais, seu entendimento do papel estrutural que elas desempenham no interior da mente também é distinto da visão de Freud. Para Freud, a libido e a agressão são baseadas no corpo, energias sem objeto que vem à tona de dentro do indivíduo e precisam ser

---

<sup>43</sup> Klein, “The Origins of Transference,” 54.

<sup>44</sup> Em conexão com esta ideia, ver a discussão fascinante de Klein dos dois tipos de angústia – uma que ascende intersubjetivamente, da percepção do bebê de sua radical dependência da mãe e a outra que ascende intrapsiquicamente – em seu ensaio “On the Theory of Anxiety and Guilt,” in *Envy and Gratitude and Other Works*.

<sup>45</sup> Greenberg and Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory*, 137.

<sup>46</sup> Greenberg and Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory*, 138–9.

contidas pelo Eu, que reforça as requisições de uma realidade social externa através da operação do princípio de realidade. Assim, como Freud argumentou em *Mal-estar na Civilização*, a luta central humana se dá entre um impulso para a gratificação das pulsões sexual e agressiva, por um lado, e a necessidade de manter aquelas pulsões contidas a fim de tornar a ordem social possível, por outro lado.<sup>47</sup> Para Klein, ao contrário, as pulsões libidinal e agressiva são orientadas na direção do mundo social desde o começo, pois elas são inerentemente dirigidas a objetos. Consequentemente, como Greenberg e Mitchell colocam, “o conflito principal na experiência humana para Klein está entre amor e ódio, entre a preservação cuidadosa dos outros e a destruição maliciosa dos outros”.<sup>48</sup> Isto quer dizer que o conflito não é entre uma antissocialidade interna aos seres humanos e as demandas de uma realidade social com a qual eles precisam se reconciliar, mas entre *dois modos de sociabilidade ou de relações sociais que competem entre si*.

A complexa apreciação de Klein da relação ambivalente entre libido e agressão emerge com mais precisão em seu trabalho tardio, com o desenvolvimento de sua elaboração das posições depressiva e esquizo-paranoide. Klein propôs que nos primeiros meses de vida o bebê é dirigido [*driven*] primariamente pela agressividade inata e experiencia a si e aos seus objetos como cindidos e desintegrados. O primeiro objeto da criança para Klein, tal como para Freud, é o seio da mãe, que é cindido entre

---

<sup>47</sup> Sigmund Freud, “Civilization and Its Discontents,” in *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, volume XXI, ed. J. Strachey (London: Vintage, 2001). Para uma discussão deste ponto ver Greenberg e Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory*, 142.

<sup>48</sup> Greenberg and Mitchell, *Object Relations in Psychoanalytic Theory*, 142.

“seio bom”, aquele que provê alimento, cuidado e sustento, e o “seio mal”, aquele que retém para si tais cuidados. Assustado pela natureza autodestrutiva de suas próprias pulsões agressivas, o bebê as projeta no “seio mal”, que é assim percebido como um objeto vingativo e persecutório. O bebê então projeta seus sentimentos de amor no “seio bom” idealizado, que deve ser cindido do “seio mal”, com o fim de proteger o primeiro do segundo, ainda que a destrutividade do seio mal derive da raiva destrutiva do próprio bebê, que foi projetada na mãe. A projeção de sua raiva no objeto responde pelo uso kleiniano do termo “paranoico”; o termo “esquizo” se refere tanto à cisão característica dessa posição como à experiência do bebê de si mesmo neste estágio como desintegrado - ou, como Klein diz, “em pedaços”.<sup>49</sup>

As principais características da posição depressiva são assim as experiências do objeto correspondentes ao objeto como um todo, com partes ou aspectos bons e maus, e do si [*self*] como um Eu [*ego*] integrado. Para a criança na posição depressiva os aspectos amados e odiados da mãe não são mais sentidos como sendo tão amplamente separados, e o resultado é um aumento no medo da perda, estados similares ao luto e um forte sentimento de culpa, porque os impulsos [*impulses*] agressivos são sentidos como direcionados contra o objeto amado [...]. A experiência mesma dos sentimentos depressivos possui por sua vez o efeito de uma maior integração do Eu, pois propicia um entendimento maior da realidade psíquica e uma melhor percepção do mundo exterior, tal como uma

---

<sup>49</sup> Klein, “Notes on Some Schizoid Mechanisms,” in *Envy and Gratitude and Other Works*, 10.

síntese maior entre situações internas e externas.<sup>50</sup>

Uma vez que a criança começa a experienciar a mãe como um objeto inteiro com partes ou aspectos bons e maus, a criança percebe que a mãe que ela atacou e destruiu em sua fantasia é a mesma mãe a quem ela ama e de quem depende para sua segurança e sobrevivência. Isto gera sentimentos fortes de angústia – gerados pela preocupação de que a boa mãe tenha sido destruída de uma vez por todas e de que nunca retornará – e culpa. A culpa depressiva, por sua vez, dá lugar ao desejo de fazer reparações, de reparar, tanto na fantasia como na realidade, os danos que a criança infligiu na mãe, na fantasia e na realidade.

É interessante que a posição depressiva também requer que o bebê reconheça e aceite a natureza fundamentalmente ambivalente de seu relacionamento com seu objeto primário. Na medida em que o bebê se move para a posição depressiva, ele precisa “reconhecer a realidade psíquica, assim como a realidade externa até certo nível. Isto faz perceber que o objeto amado é, ao mesmo tempo, o odiado; e, além disso, que os objetos reais e as figuras imaginárias, externas e internas, estão ligadas umas com as outras”.<sup>51</sup> O bebê entra na posição depressiva quando é capaz de saber que a mãe é uma pessoa como um todo – tanto o seio bom quanto o mal, o objeto amado e o odiado – e capaz de identificar-se com ela como um objeto real e externo que, não obstante, é também um objeto de suas fantasias persecutórias e idealizadoras.

---

<sup>50</sup> Klein, “Notes on Some Schizoid Mechanisms,” 14

<sup>51</sup> Klein, “A Contribution to the Psychogenesis of Manic-Depressive States,” in *Love, Guilt, and Reparation*, 285–6.

O desenvolvimento emocional para Klein não diz respeito a suprimir ou mesmo a sublimar os impulsos agressivos ou destrutivos. Mas sim a ser capaz de tolerar a ambivalência que necessariamente resulta da coexistência desses impulsos com nossos impulsos de amor e conexão. Além do mais, diz respeito a querer se engajar no trabalho de reparação da destrutividade que nossos impulsos agressivos nos compelem a lançar sobre aqueles que também amamos. Ela escreve:

É importante perceber que o desenvolvimento da criança depende e, em grande medida, é formado pela sua capacidade de encontrar um caminho para tolerar as frustrações inevitáveis e necessárias e os conflitos de amor e ódio que são em parte causados por eles: ou seja, encontrar um caminho entre seu ódio, que é aumentado por frustrações, e seu amor e desejo de reparação, que trazem consigo os sofrimentos do remorso.<sup>52</sup>

Aqui, a chave é a noção de reparação, que pode ser vista como externa, uma versão relacional da instância interna e intrapsíquica de tolerar a ambivalência sem recair na cisão ou em outras defesas maníacas.

## **A teoria das pulsões kleiniana e a Teoria Crítica**

Até agora eu estive preocupada apenas com a reconstrução dos aspectos centrais da concepção relacional e ambivalente das pulsões de Klein. Ainda é preciso mostrar como pode ser justificada a minha proposta de que a concepção kleiniana das pulsões pode ser integrada aos comprometimentos filosóficos básicos da teoria social crítica. Uma vez que indique como isto pode ser feito, estarei apta a explicar como a teoria kleiniana

---

<sup>52</sup> Klein, "Love, Guilt and Reparation," in *Love, Guilt and Reparation*, 316, nota 1.

das pulsões está em boa posição para cumprir os papéis metanormativos e explicativos que Honneth concebe para a psicanálise em sua relação com a Teoria Crítica.

Para aqueles inclinados a pensar que a Teoria Crítica estava certa em deixar para trás a teoria das pulsões, a principal preocupação é a de que a teoria das pulsões nos compromete com a pressuposição de uma antissociabilidade inata, biologicamente determinada e determinista, no âmago da natureza humana. Tal pressuposição é incompatível com muitos dos comprometimentos filosóficos centrais da teoria social crítica: que os seres humanos são social, cultural e linguisticamente constituídos em contextos históricos específicos, que eles são ao mesmo tempo capazes de refletir crítica e autonomamente sobre si mesmos e seus mundos sociais, e que as patologias que eles encontram em seus mundos sociais podem ser tratadas [*ameliorated*] através de uma transformação progressiva e emancipatória das instituições, práticas, estruturas e relações sociais.

Entretanto, como vejo, a vantagem particular da teoria das pulsões kleiniana é que ela não nos compromete com esta pressuposição problemática de uma antissociabilidade de determinação biológica. Ao invés disso, na interpretação kleiniana, tal como a reconstruí, a agressão e a destruição não são compreendidas como advindas de uma antissociabilidade inata, mas sim como paixões relacionais, ou seja, como tendências constitutivas para nos relacionarmos com os outros de certas formas, ou ainda, como aspectos da própria sociabilidade. Além disso, como argumentei acima, Klein não concebe as pulsões de maneira biologicamente reducionista. Ao contrário, ela

entende as pulsões como forças fundamentalmente psicológicas e relacionais que se expressam através do corpo. Dada a natureza fundamentalmente relacional das pulsões para Klein, parece-me que é perfeitamente possível conectar sua interpretação das pulsões com um entendimento mais historicizado de como pulsões inerentemente incipientes [*inchoate*], amorfas, e não estruturadas, podem ser moldadas de maneiras muito diferentes, por variadas circunstâncias sociais e culturais, ainda que a própria Klein não desenvolva seu conceito de pulsão nesta direção. Desta forma, aceitar uma concepção kleiniana das pulsões não implica na aceitação de uma visão ahistórica segundo a qual as pulsões se expressam da mesma maneira em todas as sociedades, a agressão e a destrutividade sejam de alguma forma cultural ou socialmente invariantes, ou a visão de que elas sejam sempre más. Mesmo se tomarmos, neste momento, que a agressão e a destrutividade são afetos negativos, é possível lidar com elas de diversas maneiras, algumas melhores que outras. A agressão pode ser sufocada por um forte Estado autoritário, ela pode ser canalizada ou sublimada em formas culturais relativamente inofensivas (competições atléticas, debates filosóficos e até mesmo deliberações democráticas), ou pode ser equilibrada pela pulsão por conexão de maneira que o dano causado por ela seja continuamente reparado. Nada do que eu disse sugere que estes sejam bons meios para lidar com a agressividade e a destruição, consequentemente, nada do que eu disse sugere que a versão kleiniana da teoria das pulsões seja incompatível com uma teoria que procura ser tanto *social* como *crítica*.

Ainda mais, é de fato muito simplista sugerir que a agressividade e a destrutividade sejam sempre más. Ainda que elas estejam conectadas com a exacerbação do conflito e da dominação, elas também servem para romper com as formas reificadas e ossificadas de conexão e unidade de uma maneira essencial para a criatividade. Tampouco deveríamos nos apressar em assumir que todas as formas de conectividade com os outros sejam inerentemente boas. Não somente essas conexões podem se tornar rígidas, reificadas e fechadas, impedindo o crescimento posterior, mas também fortes, afetivas e amorosas com outros, mantendo juntos tanto grupos de neonazistas e de mafiosos.<sup>53</sup>

Portanto, a versão kleiniana da teoria das pulsões é compatível com os pressupostos básicos de uma teoria social crítica. Mas não só isso, a ênfase de Klein nas dimensões intersubjetivas e intrapsíquicas da experiência humana, isto é, tanto em nossos relacionamentos efetivos com outros que nos são externos, como em nossas projeções fantasiosas e defesas maníacas através das quais esses relacionamentos são experienciados, oferece às teóricas e teóricos críticos uma concepção mais realista da pessoa do que aquela apresentada por uma versão puramente pulsional ou puramente intersubjetiva da teoria psicanalítica. Recusando entender os seres humanos como seres divididos por forças libidinais e agressivas, antissociais e estranhas que emergem dentro deles ou como seres essencialmente amorosos e pacíficos que só se tornam agressivos como resultados de experiências dolorosas de perdas primárias, Klein nos vê, eu

---

<sup>53</sup> Sobre isso ver Thomas Ogden, *The Primitive Edge of Experience* (London: Jason Aronson, Inc., 1992), 29–30.

penso, tal como uma leitura lúcida da história humana, da vida política e social contemporânea e da experiência humana nos revela ser: como fundamentalmente seres sociais divididos entre dois modos de sociabilidade diferentes e conflitantes, entre nossa pulsão para nos conectarmos aos outros e nossas pulsões para destruí-los (mesmo que apenas em fantasia). Tal como vejo, esta concepção da pessoa faz a teoria kleiniana perfeitamente adequada a desempenhar o papel metanormativo que Honneth argumentou ser aquele que a psicanálise deveria desempenhar para a Teoria Crítica.

A abordagem de Klein da luta fundamentalmente ambivalente entre as forças do amor e do ódio, que para ela é o marco da condição humana, resguarda um certo poder explicativo em potencial para a Teoria Crítica. Como mostra o trabalho de Isaac Balbus, Klein nos ajuda a entender algo que a tradição da Teoria Crítica de Marx a Habermas não é capaz, a saber, por que os indivíduos são atraídos para sistemas de dominação, o que acontece no processo de formação do sujeito que nos faz suscetíveis a transmitir a dominação e a nos submetermos a ela. Apoiando-se em Klein, Balbus sustenta que nós podemos ver que “a criança que se defende contra a angústia depressiva e a culpa através da negação maníaca torna-se tipicamente o ‘adulto’ que precisa dominar os outros, enquanto a criança que se defende da angústia depressiva e da culpa através da idealização comumente se torna o ‘adulto’ que precisa ser dominado pelos outros”.<sup>54</sup> Enquanto Klein pensa que a maioria das pessoas é capaz de negociar a posição depressiva

---

<sup>54</sup> Isaac Balbus, *Governing Subjects: An Introduction to the Study of Politics* (New York: Routledge, 2010), 194.

com sucesso e, portanto, é capaz de evitar estes destinos, ela também considera esta uma conquista frágil, que precisa ser continuamente renovada e reforçada diante tanto de perdas reais quanto psíquicas.

Em suma, a concepção fundamentalmente relacional das pulsões de Klein não é apenas compatível com os compromissos filosóficos básicos da Teoria Crítica, ela é também mais adequada do que a versão intersubjetiva de Honneth da teoria das relações de objeto para cumprir os papéis metanormativos e explicativos da Teoria Crítica. Como argumentei, a concepção kleiniana faz jus ao aguilhão da negatividade, sem nos comprometer, no entanto, com a crença numa antissociabilidade inerente aos seres humanos. Sua concepção de pessoa é mais realista do que a da versão intersubjetiva de Honneth, o que a permite fazer um melhor trabalho de checagem das tendências a um idealismo moral presentes na Teoria Crítica. Enfim, seu foco na ambivalência tem também poder explicativo, na medida em que nos permite entender as forças psicológicas e motivacionais que sustentam tanto o desejo de dominar os outros, como o desejo de se submeter à dominação.

## Conclusão

Como Jonathan Lear argumentou, o quadro teórico do reconhecimento de Honneth tem a estrutura básica de “uma versão secularizada da queda”.<sup>55</sup> A estrutura de tais narrativas é a seguinte: existe uma condição temporal ou ontologicamente

---

<sup>55</sup> Jonathan Lear, “The Slippery Middle,” in *Reification: A New Look at an Old Idea*, edited by Axel Honneth, with Judith Butler, Raymond Geuss and Jonathan Lear (Oxford: Oxford University Press, 2008), 131

prioritária que é postulada como boa de certo modo, então há uma ruptura ou quebra, e nós vivemos o que resta de nossas vidas num estado de queda, tentando e necessariamente falhando em reaver aquilo que perdemos. Na leitura intersubjetiva de Honneth da teoria das relações de objeto, o conteúdo específico deste paraíso perdido é preenchido da seguinte maneira. No começo, na infância, nós experienciamos episódios de fusão com nossas mães. Estes episódios são paradisíacos na medida em que eles nos fornecem uma experiência de um puro, feliz e não mediado estar junto com outra pessoa. Inevitavelmente, a mãe precisa nos dirigir para fora do Éden rompendo estas experiências de fusão – de fato, na visão de Winnicott, romper a fusão pela introdução de níveis toleráveis de frustração e, desta maneira, acomodar o bebê às demandas da realidade é um dos trabalhos mais importantes da mãe –, e o resultado é a perda dolorosa e a angústia para o bebê. Esta angústia, e não algum tipo de pulsão inata ou disposição, é a fonte da agressão, de acordo com Honneth. E o desejo de recuperar esta experiência feliz de fusão nos força a procurar relações de reconhecimento com outros, o que nos fornece formas mediadas de estar junto com os outros que não podem reaver completamente, mas podem se aproximar da experiência fantasiosas da fusão primária.

Como Lear argumenta, o fato da história de Honneth ter a estrutura de queda não faz dela incorreta. Talvez, até mesmo, o apelo sedutor de tais narrativas esteja enraizado em sua habilidade de capturar algo essencial sobre a condição humana. Entretanto, como Lear também aponta, a “situação de risco” destas narrativas é uma tendência a romantizar ou

idealizar o estado das coisas que precede a queda.<sup>56</sup> Junto a esta tendência pode haver uma indisposição em confrontar alguns aspectos profundamente ambivalentes e, portanto, potencialmente perturbadores dos seres humanos. “Mas”, Lear pergunta,

E se [nossa] condição original for na verdade uma grande mistura?  
E se nós começamos não apenas prontos para sentirmos empatia e simpatizar com outros, mas também como animais gananciosos, competitivos, agressivos, invejosos, ciumentos e assassinos? E se nossas capacidades em desenvolvimento para reconhecer os outros estivessem ao serviço de *todas* essas necessidades?<sup>57</sup>

A abordagem de Klein das pulsões como tendências fundamentalmente ambivalentes de se relacionar com os outros, tanto de forma amorosa como destrutiva, nos fornece justamente o tipo de abordagem de nossa condição original que Lear está sugerindo. Além do mais, ao nos dar um caminho para repensar o reconhecimento através das lentes da ambivalência, Klein faz mais do que simplesmente apontar outro obstáculo com o qual as relações e estruturas institucionais devem lidar em suas tentativas de alcançar a promessa normativa inerente à noção de reconhecimento. Seu trabalho também traz à tona forçosamente a questão de se as relações e as capacidades de reconhecimento, enraizadas tais como são em uma experiência de fusão que é também aquela da onipotência infantil, podem elas mesmas estar ao serviço de nossas pulsões voltadas para a agressão, destruição e dominação. Esta questão traz dúvidas consideráveis para a teoria do reconhecimento, ao questionar não apenas até que ponto estruturas normativas de reconhecimento

---

<sup>56</sup> Lear, “The Slippery Middle,” 132.

<sup>57</sup> Lear, “The Slippery Middle,” 139.

podem ser plenamente alcançadas em uma sociedade, mas também o status normativo do próprio reconhecimento.

Tradução: Fernando Bee e Inara Luisa Marin

Revisão: Maria Carnaúba e Raphael Concli

## Agradecimentos

Eu agradeço a Axel Honneth, Joel Whitebook, Bonnie Honig, Sally Ackerman, Aden Evens, membros do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Dartmouth, e a dois revisores anônimos da *Critical Horizons* pelos seus comentários perspicazes às versões anteriores deste artigo.

## Referências

Allen, Amy. *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy, and Gender in Contemporary Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 2008.

Balbus, Isaac. *Governing Subjects: An Introduction to the Study of Politics*. New York: Routledge, 2010.

Daniels, Norman. "Reflective Equilibrium." *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011. <http://plato.stanford.edu/entries/reflective-equilibrium/>.

Freud, Sigmund. "Instincts and Their Vicissitudes." In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, volume XIV, edited by J. Strachey. London: Vintage, 2001.

Freud, Sigmund. "Civilization and Its scontents." In *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, volume XXI, edited by J. Strachey. London: Vintage, 2001.

Gardner, Sebastian. *Irrationality and the Philosophy of Psychoanalysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Green, Andre, and Daniel Stern. *Clinical and Observational Psychoanalytic Research: Roots of a Controversy*. London: Karnac Books, 2000.

Greenberg, Jay, and Stephen Mitchell. *Object Relations in Psychoanalytic Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

Honneth, Axel. *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Translated by J. Anderson. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

Honneth, Axel. "Facetten des vorsozialen Selbst: eine Erwiderung auf Joel Whitebook." *Psyche* 55, (2001): 790–802.

Honneth, Axel. "The Work of Negativity: A Psychoanalytical Revision of the Theory of Recognition." In *Recognition, Work and Politics: New Directions in French Critical Theory*, edited by J-P. Deranty, D. Petherbridge, J. Rundell, and R. Sinnerbrink. Leiden: Brill, 2007.

Klein, Melanie. "A Contribution to the Psychogenesis of Manic-Depressive States." In *Love, Guilt and Reparation and Other Works 1921–1945: The Writings of Melanie Klein, Volume I*, edited by R. Money-Kyrle. New York: The Free Press, 1975.

Klein, Melanie. "Love, Guilt and Reparation." In *Love, Guilt and Reparation and Other Works*. New York: The Free Press, 1975.

Klein, Melanie. "Notes on Some Schizoid Mechanisms." In *Envy and Gratitude and Other Works: The Writings of Melanie Klein, Volume III*, edited by R. Money-Kyrle. New York: The Free Press, 1975.

Klein, Melanie. "On the Development of Mental Functioning." In *Envy and Gratitude and Other Works*. New York: The Free Press, 1975.

Klein, Melanie. "On the Theory of Anxiety and Guilt." In *Envy and Gratitude and Other Works*. New York: The Free Press, 1975.

Klein, Melanie. "The Origins of Transference." In *Envy and*

*Gratitude and Other Works*. New York: The Free Press, 1975.

Lear, Jonathan. "On Killing Freud (Again)." In *Open Minded: Working out the Logic of the Soul*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

Lear, Jonathan. "The Slippery Middle." In: *Reification: A New Look at an Old Idea*, edited by A. Honneth, with J. Butler, R. Geuss, and J. Lear. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Ogden, Thomas. *The Primitive Edge of Experience*. London: Jason Aronson, Inc., 1992.

Petherbridge, Danielle. *The Critical Theory of Axel Honneth*. Lanham, MD: Lexington Books, 2013.

Stern, Daniel. *The Interpersonal World of the Infant: A View from Psychoanalysis and Developmental Psychology*. New York: Basic Books, 1985.

Whitebook, Joel. *Perversion and Utopia: A Study in Psychoanalysis and Critical Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

Whitebook, Joel. "Mutual Recognition and the Work of the Negative." In *Pluralism and the Pragmatic Turn: Essays in Honor of Thomas McCarthy*, edited by J. Bohman and W. Rehg. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

"*Are We Driven? Critical Theory and Psychoanalysis Reconsidered*" de Amy Allen foi publicado pela primeira vez em *Critical Horizons*, Vol. 16 No. 4, Month, 2015, 1–18. (<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/1440991715Z.00000000055>). Copyright © Critical Horizons traduzido com permissão de Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com>, em nome de Critical Horizons.